



Recepção aos calouros

Convocamos os estudantes ingressantes à luta em defesa da educação pública

O próximo período será marcado pelo agravamento do conflito entre os estudantes e funcionários com o Estado. A intensificação da privatização da universidade, por meio da terceirização e das fundações privadas, precarizará o ensino, retirando dos estudantes as necessidades mais elementares como professores, estrutura física para aula e laboratórios e moradia estudantil. O recuo na economia forçará o Estado a atacar os direitos trabalhistas, e a isso se soma o fato do ex-reitor Rodas ter esvaziado o caixa da USP. Governo e burocracia universitária serão mais intransigentes com os reajustes salariais, e tentarão enxugar ainda mais o quadro do funcionalismo público, substituindo pela terceirização e pelo trabalho precarizado, com salários e direitos reduzidos.

A burguesia tem necessidade de aumentar a exploração e a opressão para se manter no poder. A crise capitalista tende a se manifestar de forma mais rigorosa dos países atrasados como o Brasil, recrudescendo a luta de classe, que se manifestará também na universidade. O fortalecimento do aparato repressivo é um indicativo de que a burguesia vem se armando para atacar de forma mais violenta as massas. A juventude, e o movimento estudantil em particular, é um alvo em destaque do Estado. Isso explica os mais de cem presos e processados na USP, o convênio entre a USP e a PM, a criminalização do movimento que lutava pelas suas reivindicações como mais moradia e fim dos processos já existentes.

Não compactuamos com as calouradas despolitizadas, que se servem das festividades e das práticas opressivas e humilhantes. A despolitização só serve para maquiagem a realidade e desarmar os estudantes para a luta. As correntes políticas e organismos dos estudantes (CA's e DCE) devem ficar atentos a todos os problemas existentes na universidade e desde já preparar a organização dos estudantes, convocando as assembleias de curso e as assembleias gerais.

O ano de 2014 iniciou, e com ele os problemas que deverão ser respondidos, como o despejo de estudantes do alojamento do Bloco C do CRUSP, as manifestações contra a copa, a repressão não apenas aos estudantes da USP, mas a tantos outros de outras universidades e também a outros movimentos como os por moradia, por terra aos camponeses aos índios e aos quilombolas, ao movimento sindical, tudo isso coloca a necessidade urgente da unificação de todos essas lutas em torno da defesa unitária contra a repressão do Estado.

O POR convoca os estudantes a defenderem a universidade pública, reivindicando a autonomia frente ao Estado burguês, varrendo a casta burocrática que detém o controle sobre a uni-



Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013



Estudantes da USP, outubro de 2013

versidade e serve aos interesses privatistas da burguesia. A real autonomia universitária se dará pela forma do Governo Tripartite submetido à assembleia geral universitária com voto universal e com mandato revogável. Esse é o governo dos que estudam e trabalham, capaz de liberar a universidade das garras da burguesia, que destrói a universidade pública, cerceando cada vez mais o acesso da juventude proletarizada. Convoca os estudantes a reivindicarem também a unidade de toda a juventude em defesa da educação a todos, que só virá por meio da expropriação sem indenização de toda a rede privada de ensino.

À luta em defesa da universidade pública e em defesa do direito de nos mobilizarmos por nossas reivindicações!

USP tem novo reitor: Zago promete privatização, elitização e racismo. O movimento estudantil tem de responder com luta!

Marco Antônio Zago é o novo reitor da USP. Ele foi nomeado pelo governador Alckmin depois de ter sido o mais votado na lista tríplice encaminhada pelo colégio eleitoral. Esse organismo é composto de uma minoria de burocratas, que pode decidir por essa lista.

O resultado dessa “eleição” mostra algumas coisas:

- Diferentemente de José Serra, que nomeou o segundo nome da lista há quatro anos e impôs Grandino Rodas como reitor/interventor, Alckmin seguiu a indicação da maioria da casta burocrática que governa a universidade e nomeou Zago. A gestão de Rodas foi marcada pelo autoritarismo e escasso funcionamento dos organismos burocráticos. Rodas tentou governar por cima da burocracia e acabou isolado, tendo sido derrotado em projetos importantes, como o da reeleição e o da aplicação da LDB na eleição do reitor. Rodas também foi muito criticado por ter exaurido as reservas financeiras da universidade, que eram de 4 bilhões de reais, gastos em obras de caráter duvidoso e em premiações aos não grevistas. O candidato de Rodas perdeu a votação entre os professores. A indicação de Zago corresponde à maioria da burocracia autoritária que governa a universidade. Evidência disso já tinha sido a consulta realizada antes da votação, em que Zago venceu entre os professores e perdeu entre os funcionários, que mostraram preferir o candidato de Rodas.
- A escolha de Zago corresponde à derrota do movimento estudantil, que se levantou no ano passado exigindo democracia na universidade, tendo ocupado a reitoria, realizado uma greve em mais de 60 cursos e aprovado nas primeiras assembleias a bandeira do governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária e dissolução do Conselho Universitário. Isto apesar da direção do DCE ter conseguido manobrar para levar à frente apenas as suas bandeiras conciliadoras de diretas paritárias para reitor e estatuínte já. A reitoria, com o recuo da direção do movimento, manobrou com uma negociação fajuta e impôs um termo de acordo (nunca aprovado em assembleia estudantil) que continha apenas a reiteração de promessas que vinha fazendo há anos, e a afirmação da repressão sobre o movimento. A política da direção estudantil levou uma grande mobilização a um beco sem saída, e assistiu passiva à realização da votação da lista tríplice, sem nenhuma reação.

O que Zago promete

Zago enfatiza em seu discurso a necessidade de maior “diálogo” com os estudantes. Mas, ao mesmo tempo, reafirma as políticas que têm levado aos choques e conflitos entre a maioria que estuda e trabalha e a burocracia autoritária que governa a USP: a política privatista, elitista, de precarização, meritocrática e racista que tem sido aplicada na universidade.

Zago tem afirmado que é favorável às parcerias com o setor privado, às fundações etc. A privatização é um câncer na universidade, que leva a que seus recursos sejam desviados em benefício de uma parcela dos professores, se destrua seu caráter público e se aumente seu caráter excludente. É esse o sentido do ensino a distância, defendido pela casta burocrática privatista. A política privatista ataca as condições de vida e trabalho dos funcionários (e conseqüentemente o ensino, a pesquisa e a permanência estudantil) por meio das terceirizações e precarização do trabalho.

Zago tem afirmado que o caráter meritocrático deve ser aprofundado. A meritocracia é o embrulho ideológico para sustentar o elitismo, o autoritarismo e a exclusão da maioria. Deriva da concepção de universidade de excelência, de elite, para poucos. Na

verdade, sustenta a universidade para a burguesia e sob seu controle. A meritocracia serve à manutenção e reprodução da casta burocrática que governa a universidade em benefício dos capitalistas e seus governos.

Zago tem reafirmado as críticas ao ex-reitor/interventor Rodas, no sentido de ter gastado muito dinheiro e esvaziado os cofres da USP. Por trás desse discurso, vem aí uma política de contenção de despesas, que incluirá arrocho salarial sobre funcionários e professores, e cortes de recursos para ensino e permanência estudantil.

Zago tem afirmado que manterá os chamados programas de inclusão social da USP. No ano passado, em resposta à aprovação da lei de cotas federal, as universidades paulistas tentaram implantar um programa de cotas racista (Pimesp), que colocava a juventude negra numa escola intermediária entre o ensino médio e o superior e exigia nota sete para o prosseguimento dos estudos. Esse programa fracassou, mas a USP não se submeteu a nenhuma lei de cotas. O racismo continua a prevalecer na USP.

A resposta do movimento estudantil – é preciso:

1) Não legitimar a nomeação do reitor pelo governo e pela casta burocrática autoritária. Unir todas as mobilizações ao redor da luta pela destruição do poder autoritário e pelo poder dos que estudam e trabalham na universidade: governo tripartite, eleito por voto universal, mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. Essa é a bandeira que corresponde ao choque entre as necessidades mais sentidas pelos estudantes e a intransigência da burocracia e do governo.

2) Retomar as mobilizações contra o privatismo na universidade: rechaçar as fundações, as terceirizações, a precarização do trabalho. Exigir o atendimento das reivindicações de estudantes, professores e funcionários que correspondam à defesa do ensino público e gratuito: contratação de todos os professores necessários, garantia de moradia, transporte, alimentação e atendimento médico (permanência estudantil), fim do ensino a distância, abertura da universidade à população assalariada etc. Projetar a luta contra o privatismo e pelo ensino público e gratuito para fora da universidade, colocando-a como de unidade da juventude: educação a todos em todos os níveis, expropriação da rede privada sob controle dos que estudam e trabalham; trabalho e lazer para toda a juventude (jornada de 4 horas de trabalho e o restante para estudo e lazer).

3) Combater a meritocracia em todos os níveis: vagas para todos nas disciplinas e habilitações desejadas (fim dos ranqueamentos etc.), iniciação científica disponível a todos que se interessem, vagas de moradia e de alimentação a todos, salário igual para trabalho igual, não à progressão salarial por meio de avaliações e concursos, etc.

4) Defender as condições de trabalho dos funcionários e professores. Salários suficientes para uma vida digna a todos, reajuste automático de acordo com a inflação, aposentadoria integral, fim das avaliações punitivas.

5) Nós não defendemos que as cotas sejam a solução para a exclusão da maioria negra e pobre da universidade. Para nós, somente a conquista das vagas para todos em todos os níveis, que tem como passo necessário a expropriação da rede privada sob controle dos que estudam e trabalham, é que é capaz de levar a maioria oprimida para o interior das universidades. Mas nos colocamos ao lado dos movimentos negros que se chocam contra os governos ao redor da aplicação de leis de cotas. Que se apliquem as cotas na USP, de acordo com o reivindicado pelos movimentos, contra o racismo do governo do PSDB.

Breve histórico do movimento 2013

O movimento estudantil na USP, em 2013, se levantou com a ocupação da reitoria, com a greve geral de mais de 60 cursos e com as manifestações de rua. Essa luta procurou responder a eleição para reitor, para a qual cinco propostas de alteração dos critérios de escolha eram até então defendidas: a proposta de Rodas (ex-reitor), de diretas segundo a LDB; da maioria dos diretores de unidade, de alteração do processo em vigor desde a ditadura militar, indireto, de dois para um único turno; da ADUSP, de consulta submetida ao Conselho Universitário e ao governador; do DCE, de diretas paritárias e fim da lista tríplice; e do SINTUSP, de diretas universais e estatuinte.

Em 1º de outubro, a ADUSP, juntamente com o DCE e SINTUSP, convocaram um ato reivindicando a abertura da sessão do CO que decidiria a alteração na forma de escolha do reitor. A intransigência desse organismo burocrático em tornar a sessão pública motivou a ocupação da reitoria, que por sua vez serviu de centelha para estourar o movimento. Centenas de estudantes vieram para a ocupação, apoiaram-na e aprovaram a greve geral, que rapidamente se alastrou para os cursos. A então bem recente experiência de junho foi importante para que apoiassem a ocupação.

Já na primeira assembleia, foi aprovada a bandeira de Governo Tripartite subordinado à assembleia geral universitária, em oposição à posição da direção do DCE. Na segunda assembleia, novamente essa bandeira foi aprovada, mas agora unanimemente, nenhuma corrente se opôs a ela. O Governo Tripartite significa a destruição do poder da casta de professores que controlam a universidade e que servem de correia de transmissão do Estado e da burguesia. Significa o governo dos que estudam e trabalham sem nenhuma ingerência do Estado. Os estudantes aprovaram massivamente essa bandeira porque ela expressou o sentimento de descontentamento com a intransigência e autoritarismo da burocracia universitária, expressou o conflito entre os estudantes e a burocracia.

Imediatamente, a burguesia e sua imprensa passaram a atacar o movimento estudantil da USP, que se contrapôs com o governo tripartite à meritocracia. Afirmavam que era inconcebível que os estudantes decidissem as coisas na universidade. Reiteraram que deve ser a casta comprada de docentes que deve mandar para se manter a chamada universidade de elite. Estabeleceu-se uma divisão: de um lado, a força social viva, atuante e verdadeiramente interessada na educação, que se concentra nos estudantes, que são a maioria e que pagam caro por todas as deformações e decadência da educação administrada pela burguesia; de outro, a reação, que gritou do outro lado: que continue a imperar a meritocracia, os estudantes estão na universidade apenas transitoriamente, não devem ser arvorar como um poder acima dos honoráveis acadê-



micos. Entre os dois lados procurou se colocar a política da direção do DCE, de democratização da universidade. Mas as manobras para bloquear o desenvolvimento da luta sob a bandeira do governo tripartite e para confundir o seu conteúdo acabaram colocando a direção do DCE na trincheira da fração burocrática docente que também pede maior democracia.

Por meio de uma farsa de negociação, a reitoria tentou enganar os estudantes, apresentando promessas que não correspondiam à reivindicação do movimento. A direção do DCE manobrou para levar à negociação com a reitoria apenas as reivindicações aceitáveis pela burocracia (aquelas que já tinham sido prometidas). No termo que impôs, constava a devolução dos blocos K e L prometida desde 2010, um congresso para discutir o estatuto submetida ao CO, as diretas submetida ao congresso, o compromisso de punição aos responsáveis pela depredação do patrimônio, o não cancelamento do semestre e a devolução da água e da luz mediante desocupação da Torre do Relógio. Os estudantes rejeitaram em todas as assembleias o termo de acordo da reitoria, apesar do DCE defendê-lo primeiro velada e depois abertamente e fazer campanha por ele. Defenderam-no mesmo quando foi questionado o seu conteúdo repressivo.

O movimento geral resistia às manobras da direção do DCE, manteve a continuidade da greve em todas as assembleias, rechaçou o termo de acordo da reitoria, tinha disposição de ir às ruas e unificar com outros movimentos. Essa direção não conseguiu acabar com o movimento nas assembleias gerais, mas encontrou nas negociações por unidade a via para desmontá-lo. O movimento se encerrou sem aceitar as imposições da reitoria, mas também sem força para se contrapor ao desmonte promovido pela direção do DCE.

As cotas não vão resolver o problema da exclusão da maioria. Mas que os governos apliquem a lei e atendam às reivindicações do movimento e concedam cotas imediatamente!

A burocracia universitária da USP e o governo do estado resistem em aplicar a lei das cotas, que prevê a reserva de 50% das vagas a alunos de escola pública. Em resposta às pressões, o governo criou o PIMESP (Programa de inclusão com mérito no ensino público paulista), uma alternativa à lei sancionada por Dilma, que na prática não reserva as vagas, mas cria um curso a parte da universidade com caráter preparatório.

O POR rechaça o PIMESP racista e elitista e defende que se

cumpra a lei das cotas. No entanto, entende que as cotas não resolverão o problema da exclusão da imensa maioria da juventude, que permanecerá fora da universidade ainda que com as cotas. O problema do acesso se explica pela mercantilização da educação e se resolve pela expropriação de toda a rede privada de ensino, colocada sob o controle dos que estudam e trabalham. Pelo ensino público e gratuito a todos! Fim dos vestibulares – livre ingresso!

A copa intensificará a repressão a serviço dos lucros gigantescos da burguesia

Em junho, a juventude brasileira tomou as ruas em um movimento independente e de proporções nunca vistas. De lá para cá, as manifestações continuaram e continuam expressando o descontentamento com o aumento do custo de vida, as péssimas condições da saúde, transporte e educação públicos, falta de moradia e a violência do Estado através de sua polícia e de suas leis. Hoje essa juventude e parte dos explorados se levantam contra a Copa capitalista com gastos bilionários, contra a FIFA e as empreiteiras para defender melhores condições de vida. Os estádios são construídos às custas de sangue e suor dos operários. A greve nas obras da Copa e os protestos dos moradores que tiveram suas casas desapropriadas expõem o aumento da opressão e da violência dos capitalistas e seus governos.

O Estado vem se armando fortemente para garantir a Copa: 10 mil novos policiais foram incorporados, novas tecnologias foram adquiridas pelas forças policiais unicamente para reprimir aqueles que saem as ruas para se manifestar; A nova lei de segurança nacional em andamento no senado (PLS 728), a lei antigreve, a lei anti-máscara. Toda uma legislação está em elaboração para combater os que lutam e taxá-los de terroristas.

O primeiro ato contra a copa em SP teve um estudante baleado, diversos feridos e um espancando. Por todo o país, os atos têm sido duramente reprimidos. Esta é o empenho do Estado em conter um novo levante como em junho. Porém as manifestações continuam.

O movimento de parte da juventude contra a realização da Copa desafia o poder econômico. É preciso erguer as reivindicações que unificam a maioria explorada e dar um caráter de classe e independente ao movimento contra a Copa, rechaçando as disputas eleitorais interburguesas.

Há uma ofensiva repressiva do Estado, mas a repressão não é de hoje. O movimento estudantil e sindical foi fortemente atacado recentemente. Na USP, são 72 estudantes acusados pelo ministério público da ocupação da reitoria de 2011, 12 estudantes processados e mais 8 eliminados por lutar por moradia, sendo que 3 conse-



guiram ser reintegrados à universidade. Em 2013, dois estudantes que voltavam de uma festa na Filosofia foram presos e torturados na reintegração de posse da reitoria. Os diretores do sindicato de funcionários (SINTUSP) carregam dezenas de processos e há um diretor demitido político. Em outras universidades pelo país, a situação é semelhante. O movimento por moradia vem sofrendo violentas reintegrações de posse. As demissões se alastram e os grevistas pagam caro por lutar por salário e emprego. A lista é tão grande que seriam necessárias muitas páginas para descrever.

É preciso uma defesa coletiva política e jurídica capaz de organizar a luta contra a repressão. O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão, que ganhou forma com a ocupação da reitoria da UNESP (jul/2013) juntamente com a mobilização da UNIFESP e da USP, tem proposto a unidade contra a violência do Estado. Convidamos todos a se juntarem nessa luta!

ABAIXO A COPA MILIONÁRIA DOS CAPITALISTAS E DE SEUS GOVERNOS!

FIM DO GENOCÍDIO POLICIAL CONTRA POBRES E NEGROS! FIM DOS PROCESSOS CONTRA OS QUE SE MOBILIZAM PELAS SUAS REIVINDICAÇÕES! FIM DA POLÍCIA E CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIAS POPULARES CONTROLADA PELOS EXPLORADOS!

Trabalhadores e juventude oprimida, ganhem as ruas!

Moradia a todos! Devolução imediata dos blocos K e L da moradia estudantil

No ano de 2013, houve um grande greve na USP, que contou com a ocupação da reitoria. Um de seus eixos de reivindicações foi justamente o da permanência estudantil, concretizado na bandeira de “devolução dos blocos K e L do CRUSP (moradia estudantil)”. Ocorre que os blocos K e L foram tomados pela burocracia universitária e transformados em reitoria, destruindo assim mais de 400 vagas de moradia.

Os ingressantes de 2014 verão que conseguir uma vaga no CRUSP por meio do processo de seleção da assistência social (SAS) é quase impossível. Isso porque o processo é um processo de exclusão, não um processo de “seleção”. A política da burocracia que governa a universidade é de cada vez mais privatizar e elitizar a USP, não a garantir moradia como parte

do direito à educação. Se passar pelo filtro do vestibular já foi difícil, se manter na universidade será outro obstáculo encontrado.

A história de luta do CRUSP é muito rica. Cada vaga que hoje existe foi conquistada com sucessivas ocupações. Não podemos esperar que seja diferente com os blocos K e L.

Se as dificuldades existem é com a força do movimento coletivo que poderemos conquistar as nossas reivindicações, as nossas necessidades mais elementares. Por isso, convocamos todos à luta em defesa da educação pública, ao direito à educação, a defesa de moradia a todos!

Por moradia a todos!

Devolução imediata dos blocos K e L da moradia estudantil